



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
32.ssoc@capes.gov.br

Documento de Área

Área 32:

Serviço Social

Coordenadora da Área: Denise Bomtempo Birche de Carvalho
Coordenadora Adjunta de programas acadêmicos: Joana Valente
Santana
Coordenadora de programas profissionais: Inez Terezinha Stampa

2019



Sumário

1. **CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA**
 - 1.1 Histórico da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil
 - 1.2 **Diagnóstico da área (incluindo a distribuição dos Programas de Pós-Graduação – PPG – por nota, região e modalidade)**
 - 1.3 A interdisciplinaridade na área

2. **CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA**
 - 2.1 Inovações, transformações e propostas
 - 2.2 Planejamento dos PPG da área no contexto das instituições de ensino superior
 - 2.3 Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPG
 - 2.4 Perspectivas de impacto dos PPG da área na sociedade
 - 2.5 Perspectivas do processo de internacionalização dos PPG
 - 2.6 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais
 - 2.7 Visão da área sobre fusão, fragmentação e migração de PPG
 - 2.8 Visão da área sobre a modalidade à distância
 - 2.9 Visão da área sobre a modalidade profissional (especialmente o nível de doutorado)
 - 2.10 Medidas de indução de interação com a educação básica ou com outros setores da sociedade
 - 2.11 Visão da área sobre formas associativas
 - 2.12 Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (Minter/Dinter e Turma Fora de Sede)

3. **OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA**



1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA¹

1.1 Histórico da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil

O Serviço Social é uma área de conhecimento e uma profissão. No Brasil, sua regulamentação inicial como profissão data de agosto de 1953, destacando-se, desde essa época, duas competências profissionais:

- (i) atuar no âmbito das políticas públicas e privadas, seja na gestão, seja no monitoramento, seja na avaliação de programas e serviços sociais; e
- (ii) planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para o subsídio de ações profissionais, ou seja, produzir conhecimento científico sobre a realidade social e sobre a própria ação profissional.

Na década de 1970, cerca de vinte anos após a regulamentação supracitada, implantam-se, na Região Sudeste do país, os três primeiros Cursos de Pós-Graduação em nível de Mestrado: em 1972, um na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e um na PUC-Rio – sendo esses dois os pioneiros no continente latino-americano; e, em 1976, um na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nos anos seguintes, verifica-se a expansão para a Região Sul, com a criação do Mestrado na PUC-RS, em 1977; e para a Região Nordeste, com o Mestrado da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa (UFPB-JP), em 1978, e o da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1979. Nessa mesma década, foram criados, no México, o Mestrado em Trabajo Social (1975) e a Maestria Latinoamericana en Trabajo Social (1977) – Universidad Nacional Autónoma de Honduras (UNAH), com o apoio do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS). Duas décadas depois, a Argentina implementa seu primeiro curso de Pós-Graduação.

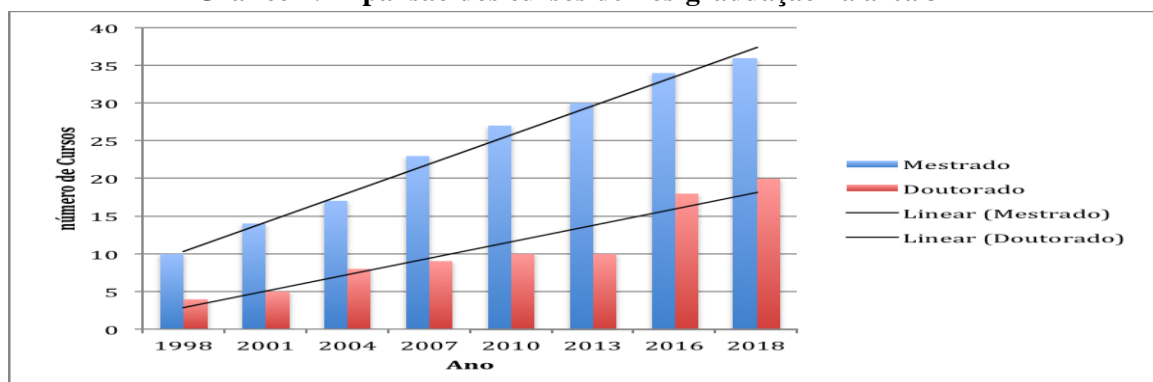
No Brasil, o primeiro Curso de Doutorado em Serviço Social foi instituído na PUC-SP, em 1980, sendo titulados, entre 1981 e 1989, oito doutores. Este primeiro Curso de Doutorado e os subsequentes colaboraram com a implantação de Mestrado e Doutorado em Portugal na década de 1980-1990, inicialmente formando mestres e doutores portugueses no Brasil e, posteriormente, participando do quadro docente dos cursos criados em Portugal. Esse processo colaborou para o incremento do uso de autores brasileiros em território lusitano (dados de relatórios de PPG da área de Serviço Social). Nos anos seguintes (1990-2000), expandem-se os Programas de Pós-Graduação no Brasil, notadamente nas universidades federais.

A expansão inicial, nas décadas de 1970 e 1980, é parte de um processo em curso no país. Nesse período, as principais agências de financiamento de pesquisa (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq) incluem o Serviço Social como

¹ O Estado da arte da área de conhecimento do Serviço Social é um resumo do Relatório de Avaliação Quadrienal da Área de Serviço Social 2017 (CAPES, 2017a).

área de conhecimento, momento de configuração do Sistema Nacional de Pós-Graduação e de elaboração do primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG).² Essa gradual expansão dos PPG em Serviço Social ocorreu a partir do ano 2000. Em 2014, já havia 33 Programas, dos quais 16 com Doutorado. Em 2015, foi aprovado o Mestrado em Serviço Social e Política Social, na Universidade do Rio Grande do Sul – UFRGS (o primeiro em instituição pública nesse Estado); o mestrado em Serviço Social, da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (o primeiro em instituição pública federal nesse estado); e os Doutorados da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e da Universidade Federal do Pará – UFPA (primeiro doutorado da área na Região Norte) (Gráfico 1). Em 2016, foi aprovado o Doutorado na Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

Gráfico 1. Expansão dos cursos de Pós-graduação na área 32



Fonte: Capes (2018)

Analisar, portanto, a Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, em seu momento atual, requer inscrevê-la no processo de expansão da Pós-Graduação brasileira e, ainda, na expansão das Instituições de Ensino Superior no país. Se, nos anos 1960, havia 38 Programas de Pós-Graduação no Brasil, e nenhum deles na área de Serviço Social, em 2016 registravam-se 34 PPG em funcionamento nessa área, correspondendo esse número, na avaliação quadrienal de 2017 (2013-2016), a 0,8% dos Programas existentes no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Tal expressão percentual – 0,8% – é uma das dimensões, mas não a essencial, para a compreensão do papel da Pós-Graduação na área 32 – Serviço Social – para o SNPG. Os indicadores de sua importância se expressam na defesa de uma formação pública de qualidade, exclusivamente acadêmica, com enfoque no planejamento, na gestão e na avaliação de políticas públicas.

Nesse cenário, destaca-se a expansão recente dos Cursos de Doutorado (crescimento de 80%), um importante indicativo do processo de consolidação dos Programas criados entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000. A criação de 28 novos Programas, a

² Em 1976, a CAPES inclui o Serviço Social como área de conhecimento integrando à grande área Profissões Sociais (GARCIA, 2016 apud CAPES, 2017a).



partir desse período, é a expressão do amplo processo de renovação acadêmica e profissional crítica que ocorre no Serviço Social no Brasil, nas últimas décadas, no intuito de romper com as marcas conservadoras e confessionais de sua origem. Na sustentação científica dessa renovação, a Pós-Graduação exerceu um papel fundamental. O Serviço Social volta-se para a análise da *questão social* e suas manifestações mais contundentes expressas na vida cotidiana de distintos segmentos sociais. Ressalta-se que, na década entre 1996 e 2016, o crescimento percentual dos PPG nessa área foi próximo a 280% (passando de 12 para 34). Acompanhando uma tendência interdisciplinar, os docentes são titulados tanto no âmbito do Serviço Social quanto em áreas afins (49,4% dos docentes são doutores em Serviço Social, seguindo-se Sociologia, Educação, Antropologia, Economia, Ciência Política, Psicologia, História e Filosofia).

No Brasil, a expansão da Pós-Graduação em Serviço Social assume uma particularidade em relação a outros países: no caso específico dos Cursos de Doutorado, o percentual de crescimento entre 1980 e 2017 foi superior a 1.000%, enquanto nos Estados Unidos o percentual foi de 117%. Em termos mundiais, registra-se, ainda, o espraiamento mais recente de PPG em países como Turquia (1983) ou a inexistência desse nível de formação (como na Itália). Outro aspecto a se destacar é o caráter disciplinar do Doutorado em Serviço Social no Brasil – 70% dos doutorandos são graduados em Serviço Social, contrastando com o perfil dos doutorandos em Serviço Social nos Estados Unidos, onde apenas 20% são assistentes sociais.

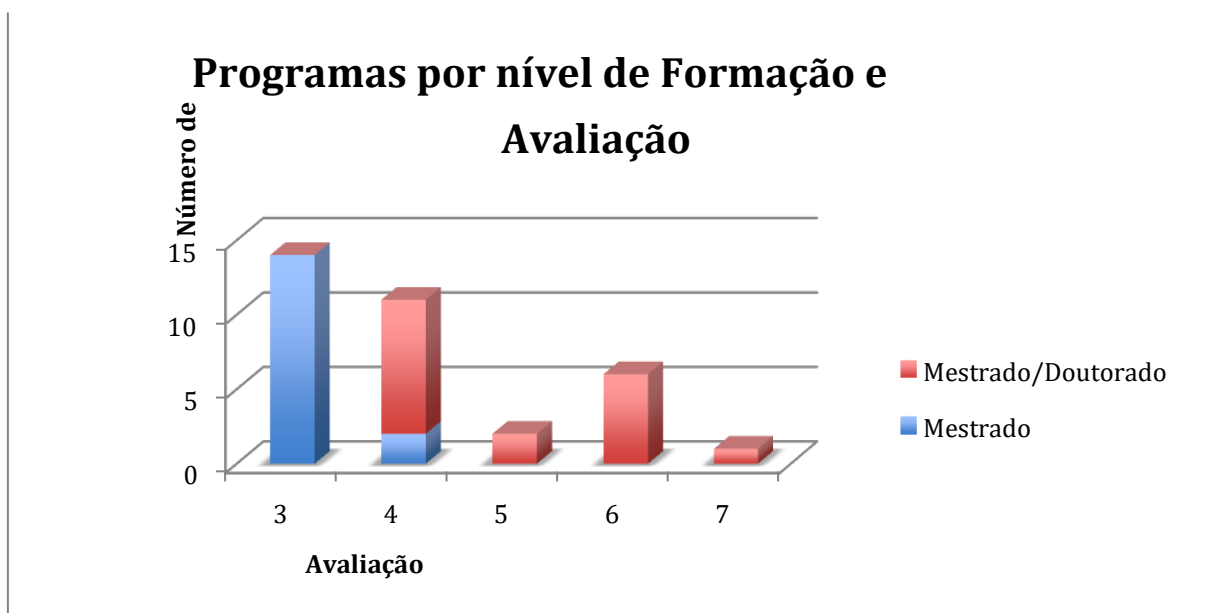
Os Cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social no Brasil constituem um lugar privilegiado de produção do conhecimento dada a centralidade que a pesquisa científica neles assume. O conhecimento produzido prioriza temas como a questão social, as políticas sociais na contemporaneidade e o avanço teórico-metodológico do Serviço Social. Ademais, merece destaque a contribuição da produção do Serviço Social para as Ciências Sociais em geral, ao eleger, como objeto de estudo, temas de relevância na atualidade, como trabalho, reestruturação produtiva, proteção social, seguridade social, avaliação e análise de políticas e programas sociais. Destacam-se igualmente, como objeto de pesquisa, os aspectos sociais relacionados aos seguintes temas: envelhecimento, terceiro setor, migrações, voluntariado, questão agrária, urbana e ambiental, questões identitárias, famílias, além da priorização de estudos sobre criança e adolescente, entre outros. Essa produção também expressa a crescente preocupação com as expressões da questão social no Brasil, decorrentes dos elevados índices de desigualdade social e pobreza, realçando a importância do Serviço Social contemporâneo na apreensão e no trato das questões nacionais, regionais e locais³.

³ No Brasil, as “pesquisas na Área de Serviço Social têm definido como objeto de investigação, grosso modo: a) a natureza da profissão (seu modo de ser e fundamentos históricos, teóricos e metodológicos); b) as expressões da questão social, as respostas do Estado a essas expressões e as lutas sociais por acesso às políticas públicas; c) um leque ampliado de estudos acadêmicos (sobre o Estado, economia política, financiamento de políticas, questão agrária, urbana e ambiental, migrações, dentre outros). A organização

1.2 Diagnóstico da área (incluindo a distribuição dos PPG por nota, região e modalidade)⁴

Na Quadrienal de 2017 (2013/2016), foram analisados 34 PPG da área de Serviço Social (2 em acompanhamento e 32 em avaliação), os quais apresentavam, antes da Quadrienal, as seguintes notas: 1 Programa com nota 7,0 (sete); 6 Programas com nota 6,0 (seis); 2 com nota 5,0 (cinco); 11 com nota 4,0 (quatro) e 14 com nota 3,0 (três). Dos 14 Programas com nota 3, apenas 1 foi criado no final da década de 1970. Os demais são recentes (criados a partir de 2007). Desses 34 PPG avaliados, 73,5% situam-se entre as notas 3,0 e 4,0 (Gráfico 2). Entre os Programas com nota 3,0 (três), apenas 1 encontrava-se na condição de ter recebido por 3 vezes essa nota (3x3).

Gráfico 2. Distribuição dos programas por nível de formação e avaliação na quadrienal 2017



Fonte: CAPES (2017a)

dos pesquisadores em torno da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS é um espaço importante de acompanhamento das propostas curriculares do Serviço Social e de discussão de temas de pesquisa. O CNPq possui registro (para o ano de 2018) de 391 Grupos de Pesquisas na Área do Serviço Social, certificados pela instituição”. (SANTANA, 2018, p. 225-226).

⁴ Fonte: CAPES (2017a).



Na avaliação de 2017 houve redução no percentual de Programas com notas 3,0 e 4,0 (de 73,5% para 70,6%). Na última quadrienal, dos 34 Programas da área 32 estavam assim distribuídos: 12 na Região Sudeste (36,4%), 11 na Região Nordeste (33,3%), 5 na Região Sul (15,2%), 3 na Região Centro-Oeste (9%) e 2 na Região Norte (6%). Como se percebe, 69,7% dos Programas encontram-se concentrados no Sudeste e no Nordeste do país.

Ao compararmos os dados da área com os dados gerais do SNPG para o ano 2016, evidencia-se que a área 32 possui, percentualmente, maior número de Programas na Região Nordeste (SNPG – 19,8%, e área 32 – 33,3%). Nesse mesmo ano, prevalece, na formação pós-graduada em Serviço Social, a liderança das universidades públicas (78,8%), seguida das universidades comunitárias (14,7%), com pouca expressividade de instituições privadas (2,9%), em uma tendência inversa à detectada na graduação. Das instituições públicas, 18 são universidades federais e 08 universidades estaduais (24,2%). Destaca-se a expansão dos Programas nas universidades estaduais (de 3, em 2010, para 8 em 2016 – crescimento de 266%) e redução de Programas em universidades privadas (registra-se ainda a mudança de área do Programa de Política Social da Universidade Católica de Salvador – UCSAL). Das 6 instituições privadas, 5 são comunitárias (4 PUC e 1 Universidade Católica – Universidade Católica de Pelotas - UCPEL) e uma sem fins lucrativos (Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM).

Em síntese, a situação dos 34 PPG em relação à área básica, em 2016, era a seguinte: 23 Programas em Serviço Social (67,6%); 06 em Política Social (17,6%); 03 em Políticas Públicas (8,8%) e 02 em Economia Doméstica (5,9%). À exceção dos 02 Programas em Economia Doméstica, os outros 32 PPG guardam interlocução com o objeto do Serviço Social e suas interfaces com a política social e as políticas públicas.

Em 2018, após a apreciação dos APCN (Avaliação de Propostas de Cursos Novos), pela CAPES, 03 novos Programas se constituíram em relação à área básica: 02 em Serviço Social e 01 em Política Social. Foram aprovados Programas de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Tocantins (UFT), na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), suprimindo assim dois estados da federação (Tocantins e Bahia) de formação pós-graduada *stricto sensu* na área de Serviço Social. Registrou-se também a aprovação, nesse mesmo ano, do curso de Doutorado em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Em síntese, a área de Serviço Social, em 2018, contabilizou 20 Cursos de Doutorado (PUC/RS, PUC/SP, PUC-Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFRN, UFPA, UFAL e UFJF) e 36 Cursos de Mestrado, todos acadêmicos.

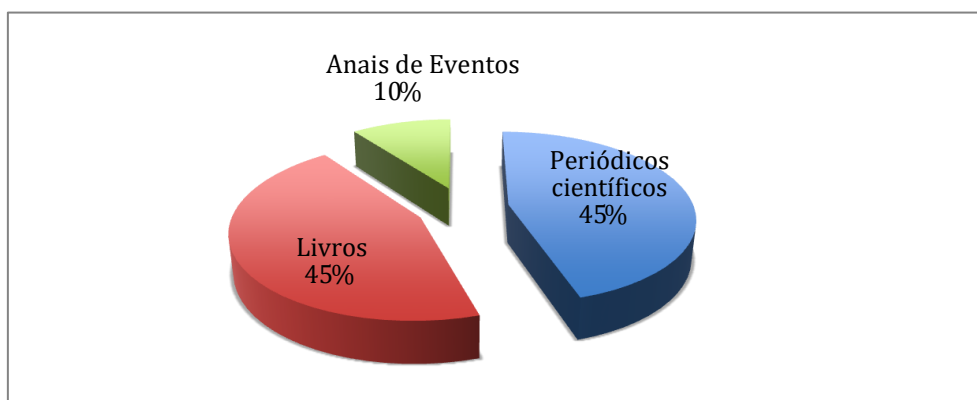
Nesse contexto, a área apresentou, como importante indicador de sua consolidação e expansão, o crescimento da oferta de Cursos de Doutorados, com a aprovação do Curso de Doutorado da UFJF/MG, acima informado. Atualmente, 55,6% dos 36 Programas de

Pós-Graduação da área possuem os cursos de Mestrado e Doutorado, distribuídos em todas as regiões do país. (Apêndice).

A produção bibliográfica acompanha a curva de crescimento dos Programas e indica que os principais veículos de divulgação do conhecimento científico da área são livros e capítulos de livros. A produção de coletâneas e capítulos envolveu autores de 2 ou mais PPG (42%). Esse intercâmbio possibilita uma reflexão que vem contribuindo para a consolidação da Pós-Graduação na área. A relação entre capítulo e obra integral foi de 4,6:1, indicando redução em relação à avaliação trienal 2013 (relação de 6,3:1). Proporcionalmente, o impacto sobre a produção bibliográfica foi assim dividido entre os Programas: para 15 Programas, o impacto sobre sua produção per capita docente permanente foi igual ou superior a 50%; para 3, o impacto foi similar entre livros e artigos; e, para 14, a produção em livros representou 50% ou mais da pontuação per capita. Registra-se que, para 9 Programas, o percentual foi superior a 60%. Assim, há Programas em que a produção se concentrou em livros/capítulos, e Programas em que a produção se concentrou em artigos. Para 13 PPG, no entanto, a produção bibliográfica se distribuiu entre livros e artigos de forma equilibrada.

Face ao avanço no processo de avaliação de livros (excluídos os registros com erro), a realização da avaliação de eventos (introduzida na última quadrienal) e a glosa de artigos registrados repetidos pela IES, a análise da produção intelectual, nesse quadriênio, apresenta uma distribuição equilibrada entre a produção de livros e periódicos científicos, como apresentado no Gráfico 3.

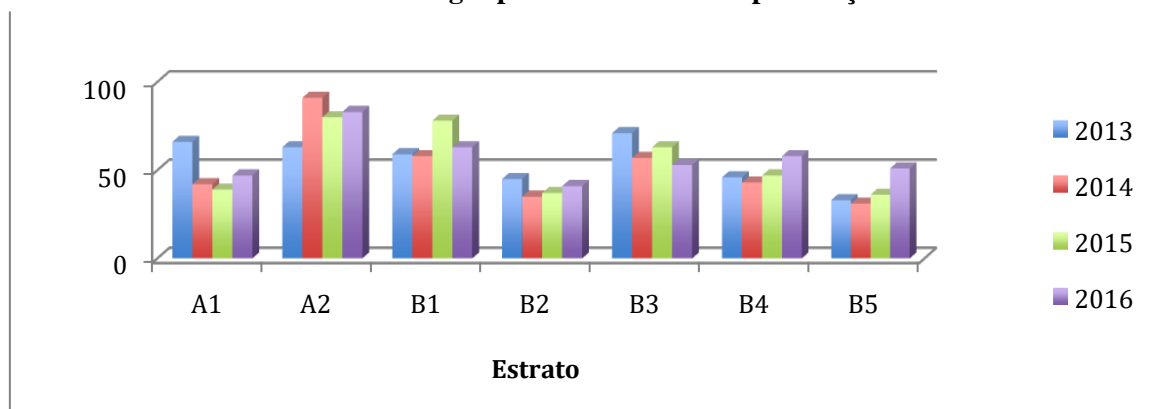
Gráfico 3. Veículos da produção qualificada 2013-2016



Fonte: CAPES (2017a)

Quanto à produção em artigos em periódicos, em uma análise comparativa, observa-se que os dados de 2013-2016 indicam crescimento em periódicos avaliados em estratos superiores (A1+A2+B1). Após a classificação do Qualis 2016, o número de artigos publicados entre A1 e B5 variou entre 383 (em 2013) e 396 (em 2016). Entre 2013 e 2016, os docentes publicaram 1.516 artigos, assim distribuídos: A1 = 194 (13%); A2 = 317 (21%); B1 = 258 (17%); B2 = 158 (10%); B3 = 244 (16%); B4 = 194 (13%); B5 = 151 (10%). A mediana de artigos publicados por programa foi de 39 (mínimo 11; máximo 129) ao longo do quadriênio, o que corresponde a uma média de 136,85 pontos por docente permanente (mínimo 13,5; máximo 453,8) (Gráfico 4).

Gráfico 4. Artigos por estrato e ano de publicação



Fonte: CAPES (2017a)

Destaca-se também a composição favorável do corpo docente dos Programas ao reunir docentes experientes e jovens doutores. A titulação de doutores ocorreu principalmente entre os anos 1990-1999 (19%) e 2000-2009 (65%), períodos de expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, distanciando-se do percentual de outros períodos, a saber: 1974-1979 (1%), 1980-1989 (4%) e 2011-2014 (11%). O crescimento dos PPG da área de Serviço Social favoreceu a incorporação de novos doutores recém-titulados. Destaca-se, ainda, o aumento de docentes colaboradores (em 2004, os docentes permanentes correspondiam a 94% dos docentes e, em 2016, a 78,3%). Com o predomínio de PPG nas instituições federais de ensino, esse decréscimo pode expressar os processos de aposentadoria registrados nessas IES. Entretanto, nem todos os docentes que se aposentam são descredenciados dos Programas. Em 2016, 1,2% dos docentes permanentes eram aposentados.



A área se consolida, assim, pela qualificação crescente do corpo docente, com expansão do número de pós-doutores (17,2%) (Brasil e exterior). Quanto à demanda por bolsas de Pós-Doutorado no exterior, registrou-se crescimento de 2.050% (entre 2004 e 2013), um pouco superior ao percentual registrado pelo SNPG (1.959%). Em 2016 os Programas contavam com 426 docentes permanentes, 100 colaboradores e 14 visitantes (destes, 8 eram estrangeiros – 2 da Costa Rica, 2 da Espanha e 1 de Cuba). A mediana de docentes permanentes foi de 11 (mínimo de 8 e máximo de 27) e a de colaboradores 3 (mínimo 0 e máximo 13). O número médio de docentes permanentes na quadrienal 2017 foi de 12,5 (mantendo-se estável quando comparado às trienais 2013 e 2010 – 12,3 e 12,5, respectivamente).

O número de bolsistas produtividade do CNPq, em 2016, entre os docentes permanentes com bolsa produtividade, foi de 80 (18,8% do total) variando entre um mínimo de 1 (oito Programas – 23,5%) e máximo de 7 (2 Programas – 5,9%). Entre os 80 bolsistas, 11,2% são 1A; 13,8% são 1B; 11,2% são 1C; 6,3% são 1D e 57,5% são nível 2. Esse percentual de bolsistas é um importante indicador do corpo docente se considerarmos que a média de bolsas por PPG é de 2,4, enquanto na Grande Área Sociais Aplicadas a média é de 1,7. Dos 34 PPG da área, 8 não contaram com bolsistas PQ (23,5%). No ano de 2018, não houve alteração no número de bolsas produtividade do CNPq.

Quanto à área de titulação, 49,4% dos docentes têm Doutorado em Serviço Social, seguindo-se titulações em todas as grandes áreas de conhecimento. Quando consideramos os cursos em Serviço Social, a área exige que 60% sejam graduados ou doutores em Serviço Social. Para cursos de Políticas Sociais e Políticas Públicas, esse percentual é de 30%. Para os 2 cursos de Economia Doméstica essa regra não se aplica. Assim, verifica-se que há em curso um processo de renovação gradual dos quadros que compõem a Pós-Graduação. Tal processo impacta sobre a variação no quadro docente permanente, com entrada de novos quadros. A titulação desses docentes ocorreu entre 2000-2009 (65%), período de expansão do Sistema Nacional de Pós-graduação. Atualmente, mais da metade dos docentes são egressos de Programas de Pós-Graduação que implantaram seus doutorados entre os anos 1990-2000.

Em relação às atividades de Iniciação Científica (IC), em 2013, 419 estudantes de IC foram cadastrados pelos PPG sob responsabilidade dos docentes permanentes. Nesse mesmo ano, dos 30 Programas, 6 (20%) não contaram com essa atividade. Em 2014, o número de IC cresceu para 470, sendo que, dos 32 PPG, 6 continuaram não registrando essa atividade (18,8%). Em 2015, registraram-se 466 estudantes de IC, e 6 Programas continuaram não registrando essa atividade (18,8%). Em 2016, o número caiu para 346, e 8 Programas não registraram essa atividade (23,5%). Essa queda pode estar relacionada à redução de bolsas de Iniciação Científica tanto do CNPq quanto das Fundações Estaduais de Pesquisa.

No que tange aos intercâmbios e cooperação científica, a área vem mantendo intercâmbios com vários países da América Latina (notadamente Argentina, Chile,



Uruguai e Colômbia); da África (Moçambique, Angola e Cabo Verde); da Europa (França, Itália, Portugal, Espanha, Inglaterra) e da Ásia (Turquia e China).

Na expansão dos PPG, registramos o crescimento da oferta de vagas. Sobre a demanda de alunos para os Programas, 1.613 discentes matricularam-se em 2013, passando a 1.722 ao final de 2016 (1.016 no Mestrado e 706 no Doutorado). O crescimento de discentes não é acompanhado por crescimento de número de bolsistas. Em 2016, 20,6% dos discentes do Mestrado e 9,9% do Doutorado foram bolsistas, percentual ainda inferior ao demandado pelos discentes da área. A relação discente/docente nos PPG da área, entre 2013-2016, variou entre 1 e 11,3 (com mediana de 3). À exceção de 3 Programas (cuja relação é superior aos critérios da área), os demais têm estabelecido uma relação que favorece o processo de orientação. O tamanho do corpo discente, no início do quadriênio (2013), foi de 1.424 mestrandos (1.006 matriculados, 361 titulados, 35 desligados e 21 abandonos) e 841 doutorandos (706 matriculados, 122 titulados, 1 abandono e 12 desligados). Em 2016, foram 2.287 mestrandos (1.016 matriculados no final do ano, 392 titulados, 35 desligados e 3 abandonos) e 829 doutorandos (706 matriculados no final do ano, 122 titulados e 1 abandono).

Os programas da área de Serviço Social foram responsáveis pela titulação de 392 mestres (média de 10,5 titulados por Programa, sendo o mínimo 4 e o máximo 29); e de 122 doutores (média de 7 titulados por Programa, sendo o mínimo 2 e o máximo 25). A área contou com 1.002 bolsistas entre os titulados no quadriênio, sendo 821 no Mestrado e 181 no Doutorado.

No quadriênio, o tempo mediano de titulação para o Mestrado foi de 28 meses e de 52 meses para o Doutorado. A relação discente/docente permanente no quadriênio variou entre mínima de 1,4 (PPG só com Mestrado) e 13,8 (PPG com Mestrado e Doutorado). A mediana da relação discente/docente permanente entre os PPG com Mestrado foi de 3,5 e com Mestrado e Doutorado de 6,3.

Os discentes publicaram no quadriênio (2013-2016) 499 artigos (10%), 667 livros (13,5%) e 3.787 trabalhos completos em Anais (76,5%). Em termos de estratos, os artigos publicados foram assim distribuídos: 8,2% em A1; 18% em A2; 12,4% em B1; 11,8% em B2; 19,6% em B3; 14,6% em B4 e 15,2% em B5. Os discentes registraram 4.910 trabalhos técnicos, sendo 61,5% apresentações de trabalhos em eventos científicos, seguido por 9,9 organizações de evento científico e 6,2% em serviços técnicos.

Foram cadastrados 4.203 egressos em 5 anos. Estes publicaram 192 artigos, 63 livros, 206 capítulos, 2 verbetes e 405 trabalhos completos em Anais de eventos científicos. O percentual de egresso-autor variou entre 0 (6 programas) e 45,7% (1 Programa), com mediana de 16,6%. Treze (13) programas registraram 20% ou mais de egresso-autor. Não houve relação entre nota do Programa e percentual de produção de egresso. Tal aspecto deve-se às dificuldades dos PPG de acompanhamento de seus egressos. A área utilizou os dados dos egressos dos últimos 5 anos. Por ser um aspecto novo na quadrienal 2017, os dados aqui apresentados sobre egresso-autor serão parâmetro para



análises futuras. Quando analisamos a produção apenas de egressos do Doutorado, esses foram responsáveis por 148 artigos (77,1%), 54 livros (85,7%), 152 capítulos (73,8%), 2 verbetes (100%) e 249 trabalhos completos em Anais (61,5%). A produção em coautoria egresso/discente/docente registrada foi de 12 artigos, 23 livros e 61 Trabalhos Completos em Anais (TCA).

Dados da CAPES indicam que, em 2014, 559 egressos de Mestrados da área Serviço Social estavam matriculados como discentes de Doutorado, sendo que 76,4% em PPG da própria área. Ou seja, o dado reafirma a dimensão disciplinar da formação da área 32. Além dessa dimensão, destaca-se o percentual de mestres e doutores empregados em 2013 e 2014 (84,1 e 78,8%, respectivamente), prioritariamente no Ensino Superior (88,8% dos mestres e 97,2% dos doutores), dados que sustentam a relevância social e acadêmica dos PPG da área.

1.3 A interdisciplinaridade na área

A interdisciplinaridade se “caracteriza pelas trocas entre especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto” (JAPIASSÚ, 1976, p. 74), e se expressa de diferentes formas. Os Programas de Pós-Graduação da área contam com a colaboração de outras disciplinas (Ciências Sociais, Economia, Psicologia, Saúde Coletiva, Educação, Nutrição, Direito, entre outras). Por meio dessa interação disciplinar, os PPG da área oferecem uma formação aos egressos em uma perspectiva de análise ampla da realidade social. No interior do Sistema Nacional de Pós-Graduação, a área de Serviço Social se coloca em interlocução com todas as áreas, no sentido de contribuir na construção de uma Pós-Graduação adequada às necessidades da população brasileira, a uma formação qualificada nesse nível e às necessidades do desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no país. Para o atual quadriênio (2017-2020) a presença de docentes de outras áreas de conhecimento será avaliada com os seguintes parâmetros: a) nos programas de Serviço Social será exigido que 60% do corpo docente permanente tenha formação de graduação ou pós-graduação em Serviço Social e 40% de docentes de áreas afins; b) nos programas de políticas sociais e políticas públicas é exigido que 30% do corpo permanente tenha graduação ou pós-graduação em Serviço Social, o que sustenta sua vinculação à área; c) para os cursos em Economia Doméstica esses percentuais não se aplicam.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA

2.1 Inovações, transformações e propostas

A área de Serviço Social considera que, no âmbito das inovações, transformações e propostas, suas principais estratégias de formação e intervenção na realidade se efetivam na atuação profissional qualificada nas políticas públicas e sociais e, ainda, na articulação de organismos da sociedade civil para fortalecer e ampliar direitos. No âmbito da inovação, destaca-se a centralidade na elaboração de indicadores para



monitoramento e avaliação de políticas públicas, democratização das informações e fortalecimento da ação pública do Estado.

Em várias reuniões da coordenação de área de Serviço Social com os coordenadores de Pós-Graduação (de 2015 a 2018), alguns desafios postos à área 32 foram identificados:

- a. ampliar a visibilidade dos grupos e das redes de pesquisa existentes, o que permitiria uma maior difusão do conhecimento construído nas universidades em âmbito nacional e internacional. Nesse sentido, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) organizou Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP), espaços de elaboração, produção e circulação do conhecimento, que reúnem pesquisadores para tratarem de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre temas estratégicos para o desenvolvimento de políticas públicas, os quais são de interesse profissional e da sociedade brasileira. A ABEPSS promove, também, a integração entre a pesquisa desenvolvida nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFA) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a Pós-Graduação na área de Serviço Social, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado de e em articulação com outras associações científicas.
- b. aprofundar indicadores e dimensões da realidade contemporânea sob o ponto de vista quanti-qualitativo, que expliquem os objetos de pesquisa e as demandas da realidade a serem respondidas em nível de Graduação e Pós-Graduação. Trata-se de fortalecer a política de pesquisa e de formação de recursos humanos para a área. Este é outro desafio que vem recebendo especial atenção, em um constante diálogo com as organizações da categoria profissional e com as áreas afins do conhecimento.
- c. incentivar o crescimento qualificado dos Programas da área, na modalidade acadêmica, em especial dos Cursos de Doutorado, com ênfase em temáticas que considerem as particularidades regionais e as expressões da questão social mais recorrentes nestas regiões, fortalecendo a pesquisa e a formação de recursos humanos voltadas para planejamento, execução, avaliação e monitoramento de políticas sociais.
- d. criar estratégias em nível da área e dos PPG e das Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação no sentido de promover melhor desempenho dos Programas e consequente alteração dos conceitos dos cursos 3 e 4;
- e. enfrentar, de forma coletiva, as assimetrias regionais presentes no Sistema Nacional de Pós-Graduação, principalmente em relação à Região Norte do país, conforme estratégia prevista no item 2.6 deste documento de área.
- f. incentivar a indexação em bases internacionais dos periódicos da área qualificados nos maiores estratos.



- g. criar parâmetros diferenciados de visibilidade e inserção nacional e internacional dos PPG em relação às diferenças regionais, às diferenças de conceitos e às potencialidades de internacionalização.
- h. fortalecer os programas com nota 3 e 4 que têm pouco financiamento e ampliar possibilidades de relações solidárias entre programas 5, 6 e 7 com aqueles de menor nota.

2.2 Planejamento dos PPG da área no contexto das instituições de ensino superior

A área de Serviço Social entende que é importante que os PPG estejam vinculados ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das IES aos quais pertencem. O PDI é uma extraordinária ferramenta não só de planejamento estratégico que permite aos Programas elaborarem diagnósticos e metas e, principalmente, mas também de indicação das fontes de recursos orçamentários e financeiros de sustentação (CAPES, CNPq, FINEP, Fundos Setoriais, Fundações de Apoio estaduais e municipais, recursos próprios, dentre outros) com as ações dos programas. Ademais, a vinculação orgânica da proposta e das ações dos programas em relação à área de concentração, linhas e projetos de pesquisa, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual bibliográfica e técnica qualificada, contribui para a autoavaliação e, também, para a gestão do seu desenvolvimento futuro (contemplando os desafios nacionais e internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social dos egressos, conforme os parâmetros da área). Ressalte-se, contudo, que é fundamental que os PPG possam intervir nas discussões dos PDI das IES, de forma a garantir fontes orçamentárias públicas para o financiamento das pós-graduações e suas políticas de ensino e desenvolvimento de pesquisas. Desse modo, os PDI devem dialogar com todos os setores das IES de modo a serem participativos e com metas compatíveis com as reais necessidades e capacidades de respostas das áreas, dos Programas, das Universidades e das agências de fomento. Na área de Serviço Social será solicitado, nas informações complementares da Plataforma Sucupira, a apresentação do planejamento estratégico dos programas, no qual estejam explícitos para o quadriênio: a) o diagnóstico do programa; b) objetivos, metas e indicadores em termos de formação, composição do corpo docente, processos e estratégias de seleção de estudantes, produção intelectual, inserção social dos egressos; c) estratégias e ações adotadas para o consecução dos objetivos, metas e indicadores propostos.

2.3 Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPG

Para a área de Serviço Social, a autoavaliação é uma cultura sistemática inerente aos seus processos acadêmicos e institucionais. Nesse sentido, considera que, historicamente, vem realizando processos de autoavaliação e planejamento estratégico, motivo pelo qual a autoavaliação deve reafirmar a autonomia dos Programas e sua cultura histórica dos processos avaliativos. A área considera possível a adoção da

autoavaliação como item de avaliação do quesito Proposta do Programa, uma vez que, em consonância com o Documento do Grupo de Trabalho (GT) sobre Autoavaliação (aprovado pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior – CTC-ES, em dezembro de 2018), a “autoavaliação é o processo de se avaliar a si próprio, por vezes também chamada avaliação interna ou avaliação institucional” (VERHINE, 2018, p. 3). O processo de autoavaliação deve ser sistemático e envolver todos os sujeitos que fazem parte dos PPG, uma vez que “é planejada, conduzida, implementada e analisada por pessoas elas próprias formuladoras e agentes das ações a serem avaliadas, a autoavaliação possibilita uma reflexão sobre contexto e políticas adotadas, além da sistematização dos dados que levam à tomada de decisão” (VERHINE, 2018, p. 3).

Outra aderência da área ao processo de autoavaliação centra-se na premissa de que seu principal objetivo é formativo, com foco na aprendizagem e na formação discente com qualidade a partir da realidade institucional da Universidade, da relevância do Programa na região, sua capacidade de produção do conhecimento e capacidade de intervenção. Na reunião com os coordenadores dos PPG da área 32, ocorrida nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2018, foi debatido o assunto, destacando-se a importância de o processo de autoavaliação ser acompanhado de indicativos para o financiamento dos Programas. Destarte, considera-se que o processo de autoavaliação deve ser planejado de forma articulada ao investimento público para a Pós-Graduação. No processo de planejamento da autoavaliação, os programas devem orientar-se a partir das questões norteadoras propostas pelo GT Autoavaliação (2019, p. 8-10), do qual constam as seguintes seções: a) objetivos; b) estratégias; c) métodos, técnicas, instrumentos, formas de análise, frequência de coleta de dados (ex. anual, a partir dos dados do programa extraídos da Plataforma Sucupira); d) cronograma; e) recursos; f) equipe responsável pela implementação das etapas do processo de autoavaliação; g) formas de disseminação dos resultados; h) monitoramento do uso dos resultados (GT Autoavaliação, 2019, p. 7). O monitoramento do processo de autoavaliação será realizado por meio de seminários anuais a serem realizados na CAPES, com a presença dos coordenadores dos programas, da comissão de avaliação e de consultores externos da área e das subáreas de conhecimento do Serviço Social nacionais e internacionais, caso sejam assegurados os recursos de financiamento.

2.4 Perspectivas de impacto dos PPG da área na sociedade

As produções bibliográficas e técnicas da área de Serviço Social têm impacto sobre os processos formativos, a divulgação do conhecimento, a formulação e execução de políticas públicas, a organização de serviços sociais, contribuindo, ainda, para a formulação de legislações de políticas. Ademais, a produção intelectual (bibliográfica) tem subsidiado uma gama de concursos públicos na área social, de uma maneira geral, e contribuído para o conhecimento crítico das diversas expressões da questão social e das desigualdades sociais no âmbito internacional, nacional, regional e local.



1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual/bibliográfica e técnica em função da natureza do Programa.

As produções bibliográficas da Área Serviço Social, na atualidade, concentram-se nos seguintes eixos temáticos:

- Política Social: Tendências contemporâneas das Políticas Sociais; Seguridade Social no Brasil; Políticas de Educação; Políticas de Saúde; Políticas de Assistência Social; Políticas para Infância e Juventude; Políticas de Trabalho e Renda; políticas relacionadas ao meio ambiente e sustentabilidade etc.;
- Avaliação e análise de políticas públicas no Brasil e na perspectiva comparada com outros países: Proteção Social; Saúde; Previdência; Assistência Social (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada – BPC, Trabalho Infantil); Política de Alimentação e Nutrição; Políticas de Habitação; Saneamento; Políticas de Direitos Humanos (em relação a gênero, à raça, à etnia, a pessoas com deficiência, à infância e juventude, ao envelhecimento etc.);
- Trabalho, Questão Social e Serviço Social: Trabalho e expressões da questão social; Relações de trabalho; Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional do assistente social;
- Serviço Social, fundamentos históricos e teórico-metodológicos, formação e trabalho profissional;
- Movimentos Sociais, Políticas Sociais e Serviço Social: Estado, Políticas Sociais e Movimentos Sociais nos contextos nacional e internacional;
- Questão Agrária, Urbana e Ambiental; Migrações;
- Ética, Direitos Humanos e Serviço Social: Movimentos e lutas sociais em defesa dos direitos humanos na sociedade contemporânea;
- Serviço Social, Política Social e Relações de Gênero, Raça, Etnia, Sexualidade e Desigualdades sociais, econômicas e culturais; Sexualidades, identidades de gênero e direitos;
- Questão Geracional, Políticas Sociais e Serviço Social: Infância, redes de proteção integral, família, crianças e adolescentes em situação de rua; maus tratos, abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes; institucionalização de adolescentes autores de ato infracional; trabalho infantil; juventude. Envelhecimento populacional.

2. Impacto da inserção social e econômica dos programas da área.

- Formação de recursos humanos para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Formação de recursos humanos para suprir as demandas do mercado de trabalho por profissionais da área de Serviço Social para atuarem em políticas públicas e serviços e, ainda, contribuir para o aprimoramento da gestão pública e capacitação de pessoal para atuação em espaços participativos (conferências, conselhos, fóruns etc.);

- Assessoria e consultoria para formulação, gestão, implantação, análise e avaliação de Políticas Públicas e, na área do ensino, formação profissional em nível nacional e internacional;
- Desenvolvimento de avaliações de políticas e programas sociais, em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil; sistemas de informações e de gestão em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil.
- Assessoria e consultoria aos movimentos sociais.

Desse modo, a área avalia como impacto social e econômico os processos de produção de conhecimento crítico⁵ acerca das expressões da questão social e da formação de recursos humanos qualificados para formulação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas, no horizonte da defesa de direitos e do fortalecimento das lutas sociais, contribuindo para o desenvolvimento microrregional, regional e/ou nacional, resguardando a diversidade da realidade regional que interfere na problemática das desigualdades sociais.

Registra-se, ainda, o percentual de mestres e doutores empregados em 2013 e 2014 (84,1 e 78,8%, respectivamente), prioritariamente no Ensino Superior (88,8% dos mestres e 97,2% dos doutores)⁶, comprovando a relevância e o impacto dos PPG na formação de recursos humanos de alto nível para atuação em ensino, pesquisa, extensão e atuação em políticas públicas.

2.5 Perspectivas do processo de internacionalização dos PPG

A internacionalização dos programas de pós-graduação é um processo que deve ser contínuo, ampliado e aprofundado considerando sua centralidade na disseminação e troca de conhecimento. A área de Serviço Social valoriza estratégias para alcançar maior consolidação de uma posição de destaque no cenário internacional. Historicamente, tem apresentado expressiva inserção nesse cenário por meio do crescimento da produção em periódicos e livros internacionais, resultantes da participação em diretorias de associações internacionais da área, conselhos e comitês editoriais de periódicos internacionais, grupos de pesquisa e formação profissional em rede internacional, acordos e convênios internacionais, presença de docentes e discentes em congressos e eventos científicos, tanto coordenando grupos de trabalho como apresentando produção científica.

O processo de internacionalização dos programas de pós-graduação brasileiros em Serviço Social ocorre desde o seu nascedouro nos anos 1972, quando alguns dos primeiros mestres e doutores da área buscaram programas no exterior para suas titulações. Cabe lembrar que os primeiros Programas de Doutorado nos Estados Unidos datam da

⁵ Em consonância com as discussões da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

⁶ Fonte: CAPES (2017a).

década de 1940. Em termos históricos de longa duração, a criação da Pós-Graduação em Serviço Social nos países hispano-americanos é muito recente. *Pari passu* à expansão da Pós-Graduação no Brasil, observa-se uma mudança no fluxo ao exterior. Em análise mais recente (1998/2014), percebe-se que a área apresenta uma tendência de crescimento de demanda de bolsas de pós-doutorado e doutorado sanduíche no exterior. A internacionalização tem se dado em duas direções:

(1) em função dos objetos comuns de estudo e pesquisas, especialmente com os países da Europa do Sul (e, em menor proporção, com os do Norte), Estados Unidos, Canadá e China, prevalecendo os processos de cooperação e intercâmbio a partir de pesquisas em redes e da participação de pesquisadores em equipes internacionais;

(2) em relação à América Latina e à África, a internacionalização assume outras tendências marcadas pela participação ativa dos programas nos processos de criação, consolidação e qualificação de quadros intelectuais vinculados à Graduação e à Pós-Graduação, com significativa mobilidade docente e discente e produções conjuntas.

A área tem estimulado e mantido um fluxo contínuo de capacitação docente no exterior, o que tem propiciado desdobramentos positivos, especialmente com a contratação de professores visitantes internacionais nos seus Programas e, também, realização de pesquisas conjuntas. Tem-se realizado, e vem se ampliando, as titulações em cotutela com Programas de diferentes países, *consolidando* convênios bilaterais para dupla titulação/diplomação. Projetos de pesquisas com financiamento de agências de fomento brasileiras e estrangeiras têm sido aprovados e estão em execução nos PPG da área. Há, ainda, a articulação e o envolvimento desses Programas em redes internacionais de pesquisa.

A área reforça a importância de fortalecer as articulações internacionais com países da América Latina, da África e de outros países de língua portuguesa, destacando a necessidade de as agências de fomento induzirem editais para projetos de cooperação com esses países. Além disso, cabe destacar a relevância de desenvolvimento de estudos contemporâneos que envolvam ações coordenadas de internacionalização em regiões fronteiriças com o Brasil.

2.6 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais

Registra-se a necessidade de incentivar a expansão da Pós-Graduação no âmbito do Serviço Social para a Região Norte, considerando que, dos sete estados desta Região, apenas três possuem Cursos de Pós-Graduação nessa área, com vazio nos estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. Também na Região Centro-Oeste há a necessidade de ampliação para o estado do Mato Grosso do Sul.

Além disso, hoje, os programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social se concentram, em sua maioria, em capitais, com exceção de Curitiba (PR), que ainda não possui pós-graduação (M/D) nessa área. Para reduzir as assimetrias regionais e intrarregionais, propõe-se a expansão dos PPG em cidades de porte médio, que possuam IES sustentáveis, no sentido de contribuir com a interiorização da Pós-Graduação em



Serviço Social e contribuir no diagnóstico da realidade dos municípios e na proposta de soluções aos problemas socioeconômicos em parcerias com as prefeituras e secretarias estaduais e municipais. A área reforça a necessidade de financiamento público para indução e fortalecimento das ações de redução das assimetrias regionais e intrarregionais (Minter e Dinter e outras formas de cooperação e associação entre IES). Considera-se importante o apoio a PPG com conceito 3, no sentido de reduzir as assimetrias regionais, e a necessidade de ampliar os cursos de Doutorado em Programas consolidados que possuem nota 4. Para redução das assimetrias regionais e intrarregionais, considera-se importante o apoio dos programas com notas 5,6 e 7 a programas com conceito 3 e 4, e a necessidade de ampliar os cursos de Doutorado em Programas consolidados que possuem nota 4. No item 2.11 são apresentadas estratégias de solidariedade e formas associativas entre programas que podem contribuir para a redução de assimetrias regionais e intrarregionais.

2.7 Visão da área sobre fusão, fragmentação e migração de PPG

A legislação vigente dispõe sobre fusões, desmembramentos e migrações de programas de pós-graduação stricto sensu. O desmembramento é definido como “processo em que um programa de pós-graduação stricto sensu em funcionamento tem a proposta, o quadro docente, os discentes e a infraestrutura subdivididos ou para compor um programa existente ou para criar um ou mais novos programas, desde que se mantenha, necessariamente, o programa original. É permitido o desmembramento, no todo ou em parte, de curso ou de áreas de concentração ou de linhas de pesquisa do programa originário”. O “desmembramento deverá ocorrer com o envio de proposta de curso novo por meio da Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), segundo o calendário da Diretoria de Avaliação e a legislação em vigor”. O parágrafo único define que o “desmembramento só ocorrerá se for autorizado pelo resultado final da APCN”. Nesse sentido, a área de Serviço Social considera que a fragmentação do corpo docente, da infraestrutura e das atividades de produção bibliográfica e técnica tendem a fragilizar a área e os programas no interior de uma mesma IES. No caso de fusões de programas, dentro de uma mesma IES, o novo programa deverá ser vinculado a área de Serviço Social. Em casos excepcionais, seja de fusão e/ou migração e desmembramento, a área avalia que esse processo deve estar em consonância com o planejamento e a autoavaliação dos programas, resguardadas as particularidades dos mesmos e da área de Serviço Social.

2.8 Visão da área sobre a modalidade a distância

A área de Serviço Social, em reunião realizada com os coordenadores de Pós-Graduação no período de 21 a 23 de novembro de 2018, reiterou sua política de indução de cursos novos na modalidade presencial, por entender que ainda se faz necessário o fortalecimento e a consolidação acadêmica de sua pós-graduação. Eventuais submissões de cursos a distância serão analisadas conforme legislação em vigor e os requisitos previstos no Documento Orientador de APCN da Área de Serviço Social. A área



considera como requisitos imprescindíveis para a apresentação de propostas na modalidade à distância os seguintes itens:

- a) demonstração da inexistência de cursos presenciais equivalentes na região;
- b) comprovação de existência de vínculo da IES ao Sistema Universidade Aberta do Brasil comprovado pela CAPES;
- c) comprovação pela IES proponente da experiência de mais de 10 anos de oferta de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* à distância;
- d) discriminação da carga horária presencial e à distância;
- e) descrição das formas, do perfil e da qualificação da tutoria: tipos (devem ser usadas tutorias presenciais e à distância); todos os docentes responsáveis pelos conteúdos das disciplinas e módulos, tutores e orientadores devem possuir título de doutor em instituições nacionais e/ou estrangeiras devidamente validados pelo MEC/CAPES;
- f) discriminação e carga horária dedicada ao curso pelos tutores; mecanismos de qualificação e treinamento dos tutores nas ferramentas da plataforma escolhida e nas diretrizes pedagógicas do curso;
- g) descrição das especificações técnicas da infraestrutura física dos polos (velocidade da internet do polo de apoio presencial; modelo de organização e disposição do ambiente virtual de ensino e aprendizagem; quantidades de computadores disponíveis nos polos; laboratórios para atividades presenciais nos termos da infraestrutura descritas no item 1.1 deste documento;
- h) descrição precisa das especificações técnicas da parte pedagógica: dos materiais didáticos (virtuais e impressos); das atividades pedagógicas (regulares e complementares); dos recursos didáticos (fóruns e chats; vídeos; encontros presenciais; biblioteca virtual; web conferências, etc.);
- i) descrição de modelos de avaliação (presenciais; à distância; interativas; modalidades de atividades práticas; atividades de campo com orientação presencial);
- j) descrição da biblioteca virtual (discriminando os textos clássicos e contemporâneos das disciplinas envolvidas disponibilizados para os alunos com as devidas licenças para tanto);
- k) previsão de apresentação presencial de trabalhos finais.

2.9 Visão da área sobre a modalidade profissional

A área de Serviço Social não prioriza a abertura de programas profissionais. Há um posicionamento no interior dos PPG e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPESS) sobre a necessidade de fortalecimento e consolidação da área de conhecimento no campo acadêmico, principalmente no que concerne aos processos de interiorização, redução das assimetrias regionais e internacionalização. Ressalte-se ainda que, os programas acadêmicos da área (mestrados e doutorados) vem atendendo efetivamente as demandas profissionais por formação pós-graduada em dois sentidos: i) profissionais que desejam seguir a vida acadêmica (ensino, pesquisa, extensão e produção de conhecimento) em IES; ii) profissionais que desejam se capacitar para o aperfeiçoamento do exercício profissional em órgãos públicos e privados. Ademais, estudos contendo análises de políticas e programas sociais e de



processos interventivos em serviço social e políticas públicas já constituem objeto de atenção da área 32, o que pode ser verificado por meio das teses e dissertações elaboradas em seus PPG e pela produção bibliográfica e técnica da área.

2.10 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade

A contribuição do Serviço Social no Ensino Fundamental e Médio ocorre de forma direta e indireta. De forma direta, como espaço de formação em nível de Pós-Graduação a professores da rede pública e privada de ensino, qualificando-os para o exercício da docência (principalmente docentes vinculados às disciplinas de História e Geografia – Ensino Fundamental; ou disciplinas da área de Ciências Humanas). Contribuí, ainda, para a formação de docentes e técnicos administrativos inseridos nos Institutos Federais de Ensino (IFE), em especial dos assistentes sociais. Hoje os IFE possuem em seus quadros 294 assistentes sociais, observando-se uma expansão nos últimos anos. Esses profissionais vêm buscando a qualificação nos Programas de Mestrado e Doutorado da área, refletindo sobre aspectos da relação entre a Política de Educação e os programas de Assistência Estudantil. Esse processo reverbera sobre as ações e proposições desses técnicos em suas intervenções. Ainda de forma direta, o reconhecimento da importância do assistente social nos estabelecimentos de Ensino Médio é expresso por meio da ampliação da demanda de profissionais buscando os cursos de Pós-Graduação para avaliar as experiências e construir saberes sobre esta área de intervenção. Identifica-se, assim, uma contribuição que favorece a inclusão dos alunos do curso fundamental na medida em que profissionais passam a contar com subsídios analíticos produzidos nos Programas de Pós-Graduação da área, qualificando sua ação cotidiana. De forma indireta, a recorrente temática da Política de Educação, ou das interfaces entre Educação e outras políticas públicas e os desafios aí colocados, é objeto de teses e dissertações na área. Ou seja, um conhecimento sobre as requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais.

2.11 Visão da área sobre formas associativas

A legislação em vigor, que dispõe sobre formas associativas de programas de pós-graduação *stricto sensu*. Em reunião realizada com os coordenadores de Pós-Graduação no período de 21 a 23 de novembro de 2018, discutiu-se sobre o assunto e a área de Serviço Social considera possível a indução de formas associativas de programas de pós-graduação *stricto sensu*, mas alerta para a necessidade de que haja definição da fonte de financiamento para garantir a exequibilidade das propostas. A área recomenda que as instituições associadas sejam vinculadas à Pós-Graduação em Serviço Social e com fins eminentemente educativos.

A área valorizará as seguintes iniciativas:



- a) cooperação com programas com nota 3 ou 4 (sem doutorado), por meio da participação de docentes do corpo permanente em atividades dos Programa (minicursos, bancas, eventos, pareceres, congressos, seminários, jornadas e colóquios de pesquisa);
- b) cooperação com grupos que ainda não têm curso de pós-graduação stricto sensu, nas modalidades Minter, Dinter, e outras formas associativas;
- c) formação de quadros acadêmicos em associação com IES para promover a criação e/ou consolidação de cursos de pós-graduação, sobretudo em regiões do país ou países com menor grau de desenvolvimento da pós-graduação;
- d) assessoria para a formulação de propostas de novos cursos;
- e) participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados;
- f) parceria de docentes em pesquisa e orientação em pós-graduações da área, não consolidados.

2.12 Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (Minter/Dinter e Turma Fora de Sede).

A área considera viável a adoção de propostas de Minter ou Dinter, considerando as orientações da legislação vigente, tendo em vista a importância estratégica desses mecanismos de solidariedade, os quais tem impactos positivos sobre os programas em consolidação, bem como sobre os consolidados e, principalmente, em vista da democratização do conhecimento pós-graduado em regiões que não oferecem mestrados e doutorados. A área incentiva os cursos fora de sede, desde que a IES e o programa tenham condições sustentáveis, em termo de corpo docente e infraestrutura, para assegurar o bom funcionamento da turma e a qualidade da formação.

3 OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA

A Pós-Graduação da área de Serviço Social é convergente com o processo histórico da profissão e sua configuração como área de conhecimento. Atua na defesa e no fortalecimento da esfera pública, com ênfase no sentido público e socialmente relevante da produção de conhecimento e sua necessidade de financiamento público estatal. Nas produções bibliográficas e técnicas da área, destaca-se a potencialidade para apreensão das problemáticas que expressam as desigualdades socioeconômicas no país e a proposição de mecanismos e formas públicas de enfrentamento a essas desigualdades, bem como a formação de recursos humanos capazes de intervir qualificadamente nas expressões da questão social em níveis local, regional e nacional.

REFERÊNCIAS



CAPES/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Relatório de Avaliação 2013-2016/ Quadrienal 2017*. Brasília, 2017a. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-Servico-Social-quadrienal.pdf>. Acesso em 05 jan. 2019.

_____. *Portaria Nº 214, de 27 de outubro de 2017*. Dispõe sobre formas associativas de programas de Pós-graduação stricto sensu. Brasília, 2017b.

_____. *Ofício Circular nº 5/2018-DAV/CAPES*. Apresentação e acompanhamento de turmas de Mestrado Interinstitucional (Minter), de Doutorado Interinstitucional (Dinter) e de Turma Fora de Sede. Brasília, 2018.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Reflexões sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil através do perfil dos docentes. *R. Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 145-154, maio/ago. 2017.

JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

SANTANA, Joana Valente. Questão urbana e habitacional e Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 21, n.1, p. 217-238, jul./dez. 2018.

VERHINE, Robert Evan. *Relatório do Grupo de Trabalho (GT) da Autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação*. Brasília: CAPES, 2018.

APÊNDICE

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO – ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL - 2018

REGIÃO/IES	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	NOTA
Região Norte		
1. UFAM (M)	Serviço Social	3
2. UFPA (M/D)	Serviço Social	4
3. UFT (M)	Serviço Social	Aprovado
Região Nordeste		
1. UFMA (M/D)	Políticas Públicas	6
2. FUFPI (M/D)	Políticas Públicas	4
3. UECE (M)	Serviço Social, Trabalho e Questão Social	4
4. UFRN (M/D)	Serviço Social	4
5. UERN (M)	Serviço Social e Direitos Sociais	3
6. UFPB/JP (M)	Serviço Social	3
7. UEPB (M)	Serviço Social	3
8. UFPE (M/D)	Serviço Social	6
9. UFAL (M/D)	Serviço Social	4
10. FUFSE (M)	Serviço Social	3
11. UFRB (M)	Serviço Social, Políticas Sociais e Territórios	Aprovado
12. UFBA (M)	Serviço Social	Aprovado
Região Sudeste		
1. UFES (M/D)	Política Social	5
2. EMESCAM (M)	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	3
3. UFRJ (M/D)	Serviço Social	5
4. UFF (M)	Serviço Social e Desenvolvimento Regional	3



5.UFF (M/D)	Política Social	4
6.UERJ (M/D)	Serviço Social	6
7.PUC-RIO (M/D)	Serviço Social	5
8.UFV (M/D)	Economia Doméstica	4
9.UFJF (M/D)	Serviço Social	4
10.UNESP/FR (M/D)	Serviço Social	4
11.PUC/SP (M/D)	Serviço Social	7
12.UNIFESP (M)	Serviço Social e Políticas Sociais	3
Região Sul		
1.UEL (M/D)	Serviço Social e Política Social	4
2.UNIOESTE (M)	Serviço Social	3
3.UFSC (M/D)	Serviço Social	5
4.UFRGS (M)	Política Social e Serviço Social	3
5.PUC/RS (M/D)	Serviço Social	6
6.UPEL (M/D)	Política Social e Direitos Humanos	4
Região Centro Oeste		
1.UFMT (M)	Política Social	3
2.PUC-GOÍAS (M)	Serviço Social	3
3.UnB (M/D)	Política Social	6